



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA	
EST. DO RIO	
Publicado em	21 a 28 Fev/06
Journal	BLN Nº 10
Página	04
Rubrica	(800)
Mat.	05/1351

**LEI Nº 2.118 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006**

**EMENTA:** Cria mecanismos para a fiscalização e controle de doações entregadas, a qualquer título, de remédios e fármacos em geral, exceto os englobados nas licitações públicas realizadas pela Prefeitura de Miguel Pereira.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA, APROVOU E MANTEVE OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.087 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal obrigado a remeter, mensalmente, ao Poder Legislativo, relatórios e demonstrativos à doação ou entrega de qualquer título, de remédios e fármacos em geral para população carente, assim entendida por disposição constitucional, pela Legislação do Sistema Único de Saúde, bem como pelos regulamentos sobre matéria da assistência social.

Art. 2º - A entrega dos relatórios ou demonstrativos deverá ocorrer, impreterivelmente até o dia 20 (vinte), no mês subsequente à realização das doações ou entregas, sejam quais forem as Secretarias ou Setores internos que realizarem o procedimento aqui tratado.

Art. 3º - Os relatórios ou demonstrativos deverão conter:

- I- o nome e a qualificação do beneficiário;
- II- cópia do receituário médico, para remédios;
- III- cópia da requisição ou do pedido do fármaco, quando desnecessário o receituário médico, preenchido pelo beneficiário ou servidor público atendente;
- IV- cópia do documento fiscal referente à aquisição do(s) produto (s), com identificação do estabelecimento vendedor, devendo constar o valor discriminado do(s) mesmo(s);

Art. 4º - Ficam excluídos da presente Lei os remédios ou fármacos adquiridos mediante licitação pública realizada pela Prefeitura Municipal, cuja fiscalização poderá ser realizada a qualquer momento pelo



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**

Legislativo Municipal, conforme preceituado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e em demais regulamentos aplicáveis.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Miguel Pereira,  
Em, 22 de fevereiro de 2006.

**Cláudio Eduardo Alves de Moraes Soares**  
**Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE	
MIGUEL PEREIRA	
EST. DO RJ	
Publicado em	21 de 28 fev / 06
Jornal	B.N. Nº 10
Página	04
Rubrica	(220)
Mat.	05 / 1351